

ESTADO DE SÃO PAULO Recados pouco diplomáticos

Não comparecendo ao desfile militar com que, tradicionalmente, se comemora em Brasília o transcurso do Dia da Pátria, 12 atarefados ministros de Estado deixaram de ver e ouvir o recado que as Forças Armadas — representadas pelo Exército — transmitiram à Assembléia Nacional Constituinte. De fato, a presença na tropa que desfilava, de agrupamento especializado em repressão de tumultos de rua e combate antiterror — além da fala do locutor da Empresa Brasileira de Notícias, ressaltando temas em discussão entre o ministro do Exército e a Assembléia Nacional Constituinte — só pode ser interpretada como mensagem pouco diplomática do componente militar do Poder Nacional e seu componente político. Em outras palavras, ao acentuar que parte da tropa que desfilava estava adestrada para "missões de defesa interna", e que existe substancial diferença entre os que estiveram na frente de combate; na Segunda Guerra Mundial; e aqueles que prestaram serviço militar em zonas consideradas de guerra, mas em território brasileiro, o locutor da EBN simplesmente se fez intérprete do que pensa a maioria dos militares sobre temas tão delicados como a anistia, a recompensa pe-

cuniária pela prestação do serviço militar em zonas de guerra (no Brasil), a anistia e a destinação constitucional das Forças Armadas.

Não é este o momento de reacender o debate sobre se a Constituição deve consignar ou não que as Forças Armadas têm como missão a garantia da lei e da ordem, ou se dela deve constar, como está no anteprojeto do sr. Bernardo Cabral, que só serão empregadas para a garantia dos poderes e da ordem constitucionais mediante expressa requisição dos Poderes do Estado. Há tempos, mesmo antes que se convocasse a Assembléia Nacional Constituinte, definimo-nos pela manutenção, atualizada aos tempos, do dispositivo tradicional republicano, que comina às Forças Armadas a defesa da lei e da ordem. O que importa ter presente agora é que em torno da estipulação do que compete às Forças Armadas e de outros problemas correlatos, adensam-se nuvens no horizonte — nada tranqüilas para a Nação. As negociações de que se têm notícia entre os interessados parecem ter conduzido a ponto morto, o que tem permitido a alguns constituintes mais afeitos aos gestos teatrais exprimir a intenção de nada ceder a fim de não

aparentar capitulação ao ministro do Exército. Como o general Leônidas Pires Gonçalves deu seu recado (e suas palavras, no clima atual, podem ter consequências), e como a Assembléia, por algumas de suas lideranças, parece disposta a não dar a impressão de haver-se deixado intimidar, as coisas podem marchar para *impasse* sem nenhuma razão fundamental de ser, enquanto problemas dos mais sérios passam despercebidos, ameaçando colocar os brasileiros numa camisa-de-força estatizante e sob o pesado guante do Fisco da União, dos Estados e dos Municípios!

A probabilidade de chegar-se a um beco sem saída só tenderá a aumentar à medida que ações do tipo dessa realizada em Brasília, no desfile do 7 de Setembro, vierem a repetir-se. É de toda a conveniência, para não dizer imperioso, que as negociações entre o Executivo e a Assembléia Nacional Constituinte se processem em clima de não provocação mútua. O certo, disso temos consciência, seria a Assembléia deliberar com a soberania que deveria cercá-la; o possível, todos vêem, é que a negociação entre Executivo e Legislativo se dê de maneira ao menos civilizada, e

conduzida, afinal de contas, por quem pode falar em nome das Forças Armadas, isto é, seu comandante-chefe. Infelizmente, nem esse princípio comezinho da mais vulgar ordem hierárquica está sendo mantido. Tal fato se deve, em boa medida, a que todas as categorias de funcionários públicos, dos bombeiros aos policiais rodoviários, além das categorias profissionais (como a dos advogados, que conseguiu introduzir no *Cabral-1* artigo especial sobre a relevância da profissão para a manutenção da ordem constitucional), tiveram seu *lobby* particular, exerceram pressões sobre os constituintes e tiraram sua castanha do fogo. Se os funcionários civis podem fazer *lobby*, passando por cima de seus superiores hierárquicos, até do presidente da República, por que não podem fazê-lo as Forças Armadas? O resultado desse processo em que cada um cuidou de si foi que o presidente da República cuidou do mandato e do sistema de governo e cada uma das categorias funcionais, civis e militares, de seus interesses corporativos. Agora, quando a tensão aumenta, só resta esperar que os que têm condições de decidir se iluminem e se consigam chegar a resultado votado pela maioria e acatado pela minoria...